

verno do Estado manifesta o seu interesse na retomada do empreendimento, o mais rápido possível, envidando esforços administrativos e judiciais.

O IOPES e o Consórcio Andrade Valladares Engenharia e Construção Ltda peticionaram recentemente nas ações judiciais protestando pela suspensão dos feitos, ante a possibilidade de eventual composição nas matérias controvertidas nas lides em tramitação.

O Governo do Estado, através do IOPES visando uma celeridade processual e a efetividade da retomada das obras e por sua vez, conclusão do patrimônio público Cais das Artes, iniciou como dito tratativas com o Consórcio que ora não se concluíram.

Cumprir destacar que a pretensão mútua de suspensão foi deferida pelo juízo competente sobre o qual sobrestou os feitos pelo prazo de 06 meses (180 dias). Findo tal lapso e não formalizada qualquer transação judicial retomar-se-á a princípio, os atos judiciais tendentes a prolação da sentença.

Por derradeiro, compete esclarecer que a condução dos interesses do IOPES estão sendo patrocinados pela Procuradoria Geral do Estado que poderá elucidar eventuais questionamentos acerca da probabilidade do direito debatido.

Finalmente, Senhor Procurador, reafirmamos o firme propósito do Governo do Estado em retomar e concluir este empreendimento o quanto antes.

CONSIDERANDO a necessidade de se acompanhar, de forma continuada, as providências adotadas visando à preservação do patrimônio público;

CONSIDERANDO que compete aos Procuradores Especiais de Contas prover as medidas necessárias ao efeti-

vo respeito ao ordenamento jurídico (art. 3º, inciso VI, da LC n. 451/2008);

RESOLVE:

Com espeque no art. 8º, inciso II, da Resolução n. 174 do CNMP, aplicado subsidiariamente, instaurar

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

para acompanhar as ações que vendo adotadas pelo Poder Executivo Estadual para manutenção e conservação da obra inacabada denominada “Cais das Artes”,

DETERMINO as diligências necessárias e adoção das seguintes providências:

- 1 – Registre-se a Portaria n. 011/2019 - MPC;
- 2 – Publique-se;
- 3 – Após, façam os autos conclusos ao gabinete da 2ª Procuradoria de Contas.

Vitória, 2 de dezembro de 2019.

LUCIANO VIEIRA

Procurador de Contas

processo 16706/2019-6

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - MPC 00132/2019-5

O Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo, pelo Procurador-Geral, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, 129 e 130 da CRFB, art. 3º, inciso VII, da Lei Complementar n. 451/08, Lei Federal n. 8.625/93, Lei Complementar Estadual n. 95/97 e art. 8º, incisos II e IV, da Resolução CNMP n. 174, de 04 de julho de 2017, promove a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, na forma que segue:

Processo n.	TC-18124/2019-1	Prazo: 1 (um) ano
Atribuição	Procuradoria-Geral de Contas (art. 2º, “d”, da Resolução n. 001/2017, do Colégio de Procuradores de Contas)	
Responsável	José Guilherme Junger Delôgo - multa pecuniária: R\$ 3.000,00 (três mil reais)	
Objeto	Acompanhamento e monitoramento da cobrança administrativa e judicial dos débitos e multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme arts. 305, parágrafo único, e 463 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	
Acórdão/Decisão	Acórdão TC-447/2019 – Segunda Câmara	
Observação	Trânsito em julgado/preclusão recursal: 17/09/2019	

Para tanto, determina-se:

- Decorridos 20 (vinte) dias da publicação desta portaria, expeça-se ofício à **Secretaria Estadual da Fazenda** para que, no prazo de **90 (noventa) dias**, adote as providências pertinentes à inscrição do débito em dívida ativa.
- Publique-se.

Vitória, 2 de dezembro de 2019.

LUCIANO VIEIRA

Procurador-Geral

Ministério Público de Contas

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - MPC 00133/2019-1

O Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo, pelo Procurador-Geral, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, 129 e 130 da CRFB, art. 3º, inciso VII, da Lei Complementar n. 451/08, Lei Federal n. 8.625/93, Lei Complementar Estadual n. 95/97 e art. 8º, incisos II e IV, da Resolução CNMP n. 174, de 04 de julho de 2017, promove a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, na forma que segue: